

Do comungar sensível: por um planejamento de sociabilidades e urbanos afetos

Rita Gonçalo (ritaantropologia@gmail.com)

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional/IPPUR-UFRJ

Resumo: Este texto propõe uma reflexão sobre a importância de perceber o espaço urbano em suas múltiplas intersecções e modos de apropriação por diferentes públicos e identidades, o que permite a crítica ao urbanismo racionalista como modelo de zoneamento baseado em um referencial normativo. A alternativa que se coloca está em o planejamento discutir projetos que viabilizem a concretização de espaços coletivos e menos segregados, para que assim as gestões municipais criem cenários que possibilitem um uso mais igualitário e plural da cena urbana, considerando a diversidade dos grupos em seus diferentes modos de apropriar e habitar a cidade.

Palavras-Chaves: Planejamento, Sociabilidades, Diferença.

Abstract: This text proposes a reflection on the importance of perceiving the urban space in its multiple intersections and modes of appropriation by different publics and identities, which allows the criticism of rationalist urbanism as a zoning model based on a normative reference. The alternative is planning to discuss projects that enable the realization of collective spaces and less segregated, so that the municipal administrations create scenarios that allow a more egalitarian and plural use of the urban scene, considering the diversity of groups in their different ways of appropriating and inhabiting the city.

Keywords: Planning, Sociabilities, Difference.

1. INTRODUÇÃO

Foi durante a disciplina “Estado, Planejamento e Território”, no curso de doutorado do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ), que tive o primeiro contato com teorias acerca do Estado Moderno e com o debate acerca da natureza, papel, possibilidades e limites do planejamento territorial na sociedade capitalista. Nesse contexto percebi que os ideais urbanistas da modernidade tinham em comum, em meio a tantas dissonâncias, um radical projeto metro, o que faz daqui um bom lugar para refletir sobre a singularidade do nosso tempo. E isto porque se trata de um tempo que encontra nas intervenções espaciais o deslocamento [ou fragmentação] das vivências. Quero dialogar sobre a idéia de urbanos afetos e das diferenças, cuja lógica de um planejamento racional, por vezes, não comporta essas intenções. Conceber os sujeitos sociais urbanos não como algo homogêneo, mas sim nas diferenças que os compõem, ao visibilizar as singularidades de mulheres e homens, de negros/as, das diferentes categorias de gênero, das identidades étnicas, dos trabalhadores formais e “informais”, dos migrantes, dos idosos, das crianças, dos jovens. Este movimento, portanto, ajuda a pensar sobre a necessidade de se abandonar a visão do espaço urbano como um aparato ou suporte, e, com isso, pensá-lo como um sistema de relações, que se transforma em um vetor de sociabilidades.

2. UTOPIAS URBANAS

A questão da funcionalidade dos espaços e, com ela, o problema referente à busca e implementação da ordem e homogeneidade social foram os paradigmas que impulsionaram as teorias de planejamento na modernidade, em decorrência das mudanças no cenário social e econômico

provocadas pela Revolução Industrial. Ordenar para funcionar. Françoise Choay [1] lista uma série de pensadores que participaram desses movimentos de crítica à cidade industrial, os quais propunham um enquadramento das cidades segundo perspectivas progressistas, culturalistas, naturalistas ou utópicas. Partindo de uma concepção universalista de indivíduo humano acionavam, cada qual segundo suas crenças, certa racionalidade da ciência e da técnica para resolver a relação do homem com o meio ambiente. Determinar uma ordem urbana para atender as necessidades universais do homem... Mas, que ser humano é este? Qual a cidade ideal que atende a suas demandas?

Àquela época parecia não haver uma sofisticação do pensamento sobre a cidade, ao percebê-la em sua complexidade na relação com os campos econômico, político e social. A constituição do urbanismo e do planejamento enquanto ciência ainda não era interdisciplinar, posto que a “standardização” contida nesses projetos são consequência das operações puramente técnicas e racionais para responder às necessidades de urbanização de forma amplificada.

Nos anos 70, com a poderosa influência do pensamento marxista que impulsionou a renovação crítica da pesquisa urbana, presenciamos a emergência de sociólogos (Manuel Castells), geógrafos (David Harvey), antropólogos urbanos (Leonie Sandercock), entre outros profissionais, que endereçam um olhar de ruptura ao pensamento conservador nos estudos urbanos. Para além dos elementos fundamentais de qualquer atividade de planejamento, apontados por Souza [2] (34) como - i) pensamento orientado para o futuro; ii) escolha de alternativas; iii) consideração de limites, restrições e potencialidades; prejuízos e benefícios; iv) possibilidades de diferentes cursos de ação. Essa nova onda de pensamento adicionou um quinto elemento fundamental: a preocupação com a resolução de conflitos de interesse, um modo de

reconciliar diferenças entre aqueles que habitam a cidade, na tentativa de desconstruir a homogeneidade do olhar, do sentir e do viver corporalmente os espaços naturais e sociais.

Desta maneira, compreendo que é no curso do movimento na/pela cidade, na experiência sensível com ela que se constroem os sentidos que geram as espacialidades, podendo ser analisadas como um espaço comunicativo de sentido. Espaços não somente inteligíveis, mas sensíveis, afetivos, onde existir não é apenas seguir regras e normas, sejam elas de qual ordem forem, mas arriscar-se em outras possibilidades de ser e estar na cidade. Neste sentido, os espaços se *lugarizam* na medida em que os indivíduos se apropriam destes, gerando a possibilidade de infinitas conformações de espacialidades que tecem o cotidiano da vida cidadina. Composto de setores e de grupos heterogêneos - que por sua vez representam uma multiplicidade de interesses, contradições e paradoxos, de discursos e culturas plurais -, a complexidade social opera não apenas sob a lógica do conflito, como única possibilidade de intervenção crítica, mas, também, sob a lógica da cooperação e da solidariedade.

3. DESAFIOS AO FUTURO DO PLANEJAMENTO

Se de acordo com a perspectiva ortodoxa os modos de ordenamento para a solução de conflitos eram a segregação espacial e a “reforma moral”, numa tentativa de produzir certos tipos de cidadãos e subjetividades, às abordagens do planejamento contemporâneo caberiam, portanto, produzir uma nova linguagem sobre a gestão de *cidades da diferença*. Em contraponto à superação ao medo do outro, sempre relacionada à aniquilação, a percepção em cidades da diferença implica aprender a conviver com o diverso, poder se arriscar e interagir com o plural. Para Sandercock [3] (p. 20), “a história do planejamento pode ser reescrita como a tentativa de gerenciar o medo na cidade: medo da desordem, da doença, o medo das mulheres, o medo das classes trabalhadoras, dos imigrantes, dos homossexuais, dos ciganos”. Uma vez que a cidade pós-moderna parece negar o imprevisível, ou mesmo reconhece as diferenças de forma absolutamente controlada, a intenção seria dar visibilidade às múltiplas identidades que se inscrevem no cenário urbano, juntamente com a possibilidade de transformar sua realidade. Nas palavras de Sandercock [2] (p. 29), “o desafio dos planejadores na gestão da diferença é o trabalho de negociar medos e ansiedades, mediando memórias e esperanças, facilitando mudanças e transformação”.

Se considerarem as microrrealidades das cidades contemporâneas refletindo, elas mesmas, essa forma de comunicabilidade em que os corpos em interação com os espaços (arquitetônicos e naturais) reinventam as relações cotidianas gerando um estar social de fronteiras menos rígidas, os modelos atuais e vindouros de planejamento urbano atuarão a partir de outros parâmetros epistemológicos. Considerando que há uma comunicação fundante de diferentes, e de diversas formas do estar-junto, o planejamento poderá pôr em prática as alternativas descritas por Jane Jacobs (1961) [4] em ruptura ao modo ortodoxo de enxergar a cidade: onde se veja desordem, ressaltar a vitalidade; onde se veja apropriações fragmentadas e individualistas, propor usos combinados de diferentes segmentos, socializando os serviços; onde se vejam o excesso de ruas largas e vazios geográficos, estabelecer quadras curtas ou espaços que possibilitem maiores chances de encontro e de dinamização da cidade. Onde há isolamento e solidão, clamarmos por um planejamento de vanguarda, com mais superfícies voltadas para a rua, possibilitando a integração das pessoas e a manifestação de territorialidades do comungar sensível.

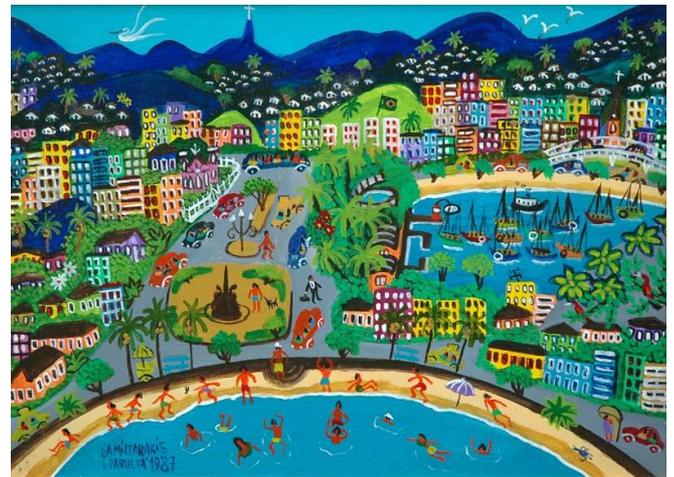


Figura 1: *Poucos trabalham, muitos se divertem*, de Lia Mittarkis.

Desenhado em microescalas, representa aqui uma alegoria de como o planejamento urbano integraria trabalho, lazer, convivência e outras demandas econômicas, sociais e culturais.

Fonte: Acervo MIAN – Museu Internacional de Arte Naïf, (2017).

Conciliar o respeito à alteridade com a exigência da igualdade. Tal aspecto se coloca por desafio ao planejamento enquanto dispositivo de mobilização social, tal como proposto por John Friedmann [54]. Tudo depende de como se entenderão igualdade e alteridade, e em relação a quais perspectivas. Igualdade pressupõe reconhecer que indivíduos enquanto seres humanos são merecedores de tratamento

igualmente digno e respeitoso (no que tange a equipamentos sociais e culturais); alteridade específica é reconhecer que sujeitos com demandas específicas - enquanto seres humanos merecedores de tratamento digno e respeitoso – devem prover de meios de acesso diferenciados em face a outros indivíduos.

4. CONCLUSÃO

Para promover alternativa e criticamente o desenvolvimento urbano, é necessário compreender que cada uma das diferentes necessidades deve ser satisfeita aos diferentes grupos que compõem a urbe em seus diferentes domínios de uso e fruição: habitação, trabalho, circulação, diversão, consumo, saneamento, entre outros. Neste sentido, “a missão do intelectual/pesquisador/planejador é chamar a atenção daqueles que, para ele, são ao mesmo tempo objeto de conhecimento e sujeitos históricos cuja autonomia precisa ser respeitada e estimulada” [2] (p. 36). O mesmo desafio se aplica à politização do planejamento e da reciclagem de seus instrumentos, para que seu conhecimento e intervenções levem em conta as relações e os processos sociais (em sua dimensão econômica, política e cultural), bem como os condicionamentos espaciais específicos, para extrair proposições a respeito de caminhos válidos de mudança social. Desta forma, o planejamento pode convergir aspectos funcionais e estéticos proporcionando a melhoria da qualidade de vida e aumento da justiça social.

6. REFERÊNCIAS

- [1] CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopias e realidades*. São Paulo: Martins Fonte, 1992.
- [2] SOUZA, Marcelo L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- [3] SANDERCOCK, Leonie. “When Strangers Become Neighbours: Managing Cities of Difference”. *Planning Theory & Practice*, Vol 1, n. 1, 2000, p. 13-30.
- [4] JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fonte, 2003 [1961].
- [5] FRIEDMANN, John. *Planning in the public domain: from knowledge to action*. Princeton/NJ: Princeton University Press, 1987.